

ACTA DA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA NO DIA DOIS DE MAIO DE DOIS MIL E SEIS, EM CONTINUAÇÃO DA REUNIÃO INICIADA EM VINTE E OITO DE ABRIL DE DOIS MIL E SEIS -----

-----Aos dois dias do mês de Maio de dois mil e seis, reuniu a Assembleia Municipal de Fafe, a fim de concluir a Ordem de Trabalhos da sessão de vinte e oito de Abril. Após verificada a existência de quorum, com a presença de sessenta e dois membros, o Senhor Presidente da Mesa deu início à reunião quando eram vinte e uma hora e quinze minutos, começando por ler o **PONTO DOIS PONTO QUATRO**: Autorização para o Município se associar com outras entidades públicas ou privadas que prossigam fins de reconhecido interesse público local, constituindo a Cooperativa “NATURFAFE – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TURISMO, DESPORTO, CULTURA E TEMPOS LIVRES, CRL”, perguntando ao Senhor Presidente da Câmara se queria apresentar a proposta ao que o Senhor Presidente da Câmara respondeu que sim e começou por fazer um balanço positivo da actuação da Empresa Municipal de Turismo como instrumento da Câmara para as actividades do Turismo, mas, como já havia sido referido aquando da discussão e aprovação do orçamento de 2006, a Empresa Municipal de Turismo, face ao défice acumulado ao longo dos anos, iria ser extinguida e criada uma outra estrutura mais abrangente, permitindo ainda alargar a outras entidades que operam nesta área do turismo. Elogiou e agradeceu a generosidade dos accionistas e a todos que graciosamente colaboraram com a empresa, nomeadamente, o Administrador, Armindo Fernandes, membro da Assembleia Municipal e eleito, por esta, para representar o Município. Em conclusão salienta que se trata de constituir uma cooperativa de interesse público que não visa o lucro, sendo que a proposta agora apresentada tem também um objectivo instrumental, ou seja, servir os interesses do Município neste sector do turismo, transferindo-se para esta estrutura mais actividades e a gestão de alguns equipamentos, nomeadamente, o Pavilhão Multiusos. Pediu a palavra o Deputado Miguel Summavielle começando por referir que é accionista da Empresa Municipal de Turismo e que o eventual conflito de interesses não o inibe de fazer a sua intervenção, até porque, face à proposta apresentada esse conflito de interesses não se coloca. Prosseguiu a sua intervenção fazendo um breve

historial da Empresa Municipal de Turismo salientando que a mesma foi fundada em 1994 e que até 1997 a empresa não teve prejuízos, sendo que a partir de 1998 começou sucessivamente a ter prejuízos e que apesar do aumento de capital verificado em 2004 com vista a regularizar a situação da empresa, os prejuízos continuaram a aumentar. Acrescentou que conhecendo o objecto da Empresa Municipal de Turismo não compreende a proposta apresentada, dado que o objecto da NATURFAFE, no seu entender, apenas acrescenta as manifestações culturais e desportivas. Por fim quis saber quem iria ser convidado a associar-se a esta nova estrutura e quais os critérios utilizados, e ainda, o porquê da criação da nova empresa e não a alteração da existente. Seguiu-se a intervenção do Senhor Presidente da Junta de Fornos para suscitar algumas questões começando por fazer uma breve referência ao objecto da Empresa Municipal de Turismo e o que esteve na base da sua génese, referindo que na altura o PSD entendeu que a estrutura criada não seria a melhor, defendendo uma empresa rentável e profissionalizada. Relativamente à proposta apresentada, corrobora as questões colocadas pelo Deputado Miguel Summavielle, questionando ainda se houve diálogo com os parceiros sociais sobre esta situação, lamentando ainda o facto de não ter sido dada a oportunidade aos membros da Assembleia Municipal de se pronunciar sobre o destino da Empresa Municipal de Turismo. Colocou ainda algumas questões ao Senhor Presidente da Câmara, nomeadamente, sobre o destino dos funcionários da Empresa Municipal de Turismo. Interveio de seguida o Deputado Ricardo Almeida começando por referir que o Bloco de Esquerda iria votar a favor da proposta apresentada, acrescentando que é de louvar o objecto social da empresa bem como as diferentes actividades para o atingir, referindo, ainda, que sendo uma empresa sem fins lucrativos em que o interesse dominante é o interesse público, a autarquia deverá exercer uma função de controle das actividades desenvolvidas em prol de uma gestão clara e transparente. Seguiu-se a intervenção do Deputado Orlando Leite para colocar algumas questões, nomeadamente se a criação da nova entidade vai determinar uma nova aposta no turismo por parte da Autarquia; se a Câmara iria deter a maioria do capital social da cooperativa; qual o critério para admissão de cooperantes e qual o destino dos encargos assumidos em relação à Empresa Municipal de Turismo. Interveio o deputado Armindo Fernandes

começando por agradecer as palavras proferidas pelo senhor Presidente da Câmara e pelo Deputado Miguel Summavielle. Esclareceu de seguida que o encerramento da Empresa Municipal de Turismo deve-se única e exclusivamente à entrada em vigor do artigo 35º, do Código das Sociedades que entrou em vigor em Janeiro de 2005, face aos três anos consecutivos de exercícios negativos da empresa que implica ou encerramento ou aumento de capital e a Câmara optou por encerrar. Esclareceu ainda que as pessoas que integram o quadro da empresa transitam para a nova estrutura a criar. Lembra ainda que o PSD pede o encerramento da empresa desde 2001 e não a sua reformulação. Pediu novamente a palavra o Senhor Presidente da Junta da Freguesia de Fornelos para responder ao Deputado Armindo Fernandes começando por referir que pelas palavras proferidas pelo Senhor Presidente da Câmara a extinção da Empresa Municipal de Turismo nada tem a ver com o artigo 35º, mas sim devido à acumulação de dívidas por uma má gestão da empresa que não foi capaz de criar receitas para satisfazer as suas necessidades, considerando que essa é a razão de fundo da sua extinção. Relativamente aos funcionários fica satisfeito em saber que os mesmos irão transitar para a nova empresa. Quanto à posição do PSD relativamente a este assunto referiu que na sua intervenção anterior apenas queria saber se não era possível, do ponto de vista jurídico, transformar o que existe aproveitando os recursos em vez de extinguir. Interveio novamente o Deputado Armindo Fernandes refutando integralmente as afirmações da intervenção anterior esclarecendo que, conforme foi já referido pelo Senhor Presidente da Câmara, os défices acumulados devem-se à realização das Festas da Cidade e à verba insuficiente transferida pela Câmara para o efeito. Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara para responder às questões levantadas, começando por referir que está fora de qualquer juízo qualquer má gestão da empresa, sendo evidente, face ao objecto da empresa que esta só poderia ter actividades com as transferências de verbas por parte da Câmara, reafirmando que não se trata de má gestão conforme prova a inspecção efectuada à Empresa que nada apontou sobre essa matéria. Relativamente aos accionistas o Senhor Presidente da Câmara informou que houve contactos com os mesmos no sentido da transformação da empresa acerca de três ou quatro anos. Sobre os accionistas referiu ainda que com a extinção da empresa o Município não está

a pedir que os mesmos suportem o passivo da empresa na proporção do capital social que subscrevem, considerando que nem seria justo fazê-lo. Reafirmou que face aos três exercícios negativos da empresa a Câmara optou por extingui-la por força do artigo 35º já referido, sendo que a outra opção seria injectar o reforço do capital social e o pagamento das dívidas. Esclarece que a criação da nova empresa se deve a uma questão de poupança, mas também para modificar a estrutura accionista desta nova empresa. Dando exemplos de entidades que poderão ser convidadas a pertencer à empresa dá como exemplos as agências de viagens. Confirmou que os funcionários da Empresa Municipal de Turismo transitam para a nova empresa e por último respondendo ao Senhor Presidente da Junta de Fornelos refere que entende que o executivo teve a atitude correcta com a Assembleia Municipal, submetendo a proposta à decisão da mesma. Por último solicitou à Assembleia Municipal a correcção do n.º 2 do artigo 29º dos estatutos onde se lê "...sem a Cooperativa" passar a ler-se "...com a Cooperativa". Pediu a palavra o Deputado Pedro Frazão para esclarecer que a justificação da extinção com base no artigo 35º não está correcta, porque o aumento dos capitais próprios poderia ser utilizado para pagar o passivo. Pediu novamente a palavra o Deputado Miguel Summavielle para reforçar a intervenção anterior referindo que se o que estava em causa era a transferência de verbas a Câmara poderia fazê-lo quando e como quisesse. Ultrapassada essa questão referiu que entende e está de acordo com as justificações da Câmara para a extinção considerando, no entanto, que a forma como actuou com os accionistas não foi a mais correcta. Por fim sugeriu que a empresa a criar se pronunciasse nos licenciamentos, com parecer vinculativo. Pediu ainda a palavra o Deputado Armindo Fernandes para em resposta ao Deputado Pedro Frazão esclarecer que no final de cada ano de exercício a empresa tem que possuir metade do capital social. Pediu a palavra o Senhor Vereador, Pedro Gonçalves, eleito pelo PSD para prestar alguns esclarecimentos acerca da interpretação do artigo 35º do Código das Sociedades. Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara começando por chamar a atenção da mesa para a intervenção do Senhor Vereador Pedro Gonçalves por entender que o mesmo não poderia intervir, referindo que quem representa o executivo na Assembleia Municipal é o Presidente da Câmara. Quanto às intervenções começa por dizer que não existe nenhuma contradição

e que de acordo com as informações que lhe foram prestadas o aumento do capital social que teria que ser efectuado não poderia ser usado e no fim de cada exercício deveria estar incólume. Finda a intervenção do Senhor Presidente da Câmara, o Senhor Presidente da Mesa esclareceu que a única pessoa que intervém em nome da Câmara é o Senhor Presidente, no entanto se alguns Senhores Vereadores presentes na sessão solicitarem para prestarem um esclarecimento de natureza pessoal, julga que entende ser sua obrigação dar-lhe a palavra. Terminado o esclarecimento foi a proposta, posta à votação, sendo aprovada, por maioria, com uma abstenção. Entrou-se de seguida no **PONTO DOIS PONTO CINCO**: Apreciação da situação relacionada com o Hospital de S. José de Fafe, conforme requerimento do Deputado Municipal, Dr. António Luís Oliveira Cunha, da CDU ao qual, o Senhor Presidente da Mesa passou de imediato a palavra. Este, no uso da palavra começou por referir que a CDU acerca de dois meses, com base em algumas preocupações, trouxe à Assembleia Municipal a questão do Hospital do Fafe, inserida numa questão mais ampla que integrava o Serviço Nacional de Saúde. Salaria que, face ao tempo decorrido, a situação se tem vindo a agravar em numerosas localidades, com o encerramento de alguns Serviços em Hospitais e Centros de Saúde, originando tomadas de posição por parte de alguns autarcas desses concelhos devido à falta de diálogo por parte do governo. Demonstra alguma apreensão e receio sobre esta situação face à actuação do Ministro da Saúde. Refere ainda que estes receios aumentam ao ler as declarações do Senhor Presidente da Câmara, num Jornal local. Leu alguns dados relativos às consultas do Hospital do nosso concelho, do Instituto de Gestão Informática e Financeira, referentes ao período de 2001 a 2005 que demonstram a importância do Hospital de Fafe para o concelho e para os concelhos limítrofes. Seguiu-se a intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Fornelos que foi de encontro às preocupações da intervenção anterior, acrescentando que se vier a materializar-se o encerramento de algum serviço do Hospital de Fafe a Câmara deverá intervir junto do Ministério da Saúde. Seguiu-se a intervenção do Deputado Albino Costa começando por louvar a oportunidade da CDU por trazer os dois documentos à discussão da Assembleia considerando, no entanto, que se trata apenas de especulações e nada de concreto, tratando-se apenas de uma tática usada pela CDU, sem

qualquer substância. Interveio de seguida a deputada Leonor Castro esclarecendo que não se trata de qualquer tática da CDU, mas trata-se de fazer política, no sentido mais bonito e verdadeiro da palavra, referindo que a CDU não está à espera que se decreta ou encerre para depois vir dizer que nada há a fazer. Lembra que alertou a população do encerramento dos Serviços da EDP em Fafe, como tal, concluiu que a CDU não fica à espera das datas inevitáveis. Usou novamente a palavra o Deputado Albino Costa para em resposta à intervenção anterior referir que não está alheio ao que se passa relativamente à reestruturação dos Serviços de Saúde noutros locais, mas no que se refere a Fafe o Senhor Ministro nada disse. Pediu novamente a palavra o Deputado António Luís Cunha para reafirmar as declarações anteriores e que o tema foi trazido à Assembleia Municipal com o intuito de defender os Serviços de Saúde de Fafe, acrescentando que sobre este tema tinha uma proposta para entregar à mesa e tem como objectivo auxiliar o Senhor Presidente da Câmara nas diligências que entender fazer para que não sejam encerradas as urgências em Fafe. Seguiu-se a intervenção do Deputado Manuel Cunha referindo que, na qualidade de representante da Assembleia Municipal no Conselho Consultivo do Hospital de Fafe, tem conhecimento através do Senhor Director do Hospital de Fafe que as urgências neste Hospital não irão fechar e que será criado ainda um novo serviço para os mais idosos. Seguiu-se a intervenção do Senhor Presidente da Câmara começando por referir que a posição do Município será a de defender a manutenção dos serviços existentes no Hospital de Fafe e que as suas declarações são posteriores ao documento em discussão, pelo que não podem ser utilizadas pela CDU como argumento. Deu conta de uma reunião que teve na ARSS do Porto, na semana passada, onde lhe foi negada a existência de qualquer intenção de fechar as urgências em Fafe. Acredita que o Senhor Ministro da Saúde está a proceder à reestruturação dos Serviços de Saúde com base em pareceres técnicos inofismáveis, procurando racionalizar os Serviços. Referiu, ainda, que o PS tem um entendimento diferente da CDU, sobre o Serviço Nacional de Saúde e que o PS defende para o nosso concelho um hospital novo, tendo o Município encetado, já alguns anos, diligências que se mantêm para que tal aconteça. Por fim o Senhor Presidente reafirmou que a Câmara quer que o Hospital de Fafe mantenha pelo menos as valências que existem

actualmente, tendo já manifestado essa preocupação junto das entidades competentes e que, como já referiu, da ARSS Norte obteve-se a garantia que esta questão em Fafe não se coloca. Como mais ninguém quis intervir foi encerrada a discussão deste ponto da Ordem de Trabalhos. Antes de entrar no ponto seguinte o Senhor Presidente da Mesa informou que a proposta apresentada pelo Senhor Dr. Luís Cunha foi aceite e será remetida para a Ordem de Trabalhos da próxima sessão para efeitos de apreciação da Assembleia e eventual votação. Passou-se de imediato ao **PONTO DOIS**

PONTO SEIS: Apreciação da realidade educativa do concelho de Fafe, conforme requerimento apresentado pela deputada municipal Dr.^a Maria Leonor Pereira Oliveira Castro. Usou da palavra a Dr.^a Leonor Castro começando por explicar o que motivou o pedido de inclusão na Ordem de Trabalhos desta temática, tratando-se de uma preocupação no âmbito da política educativa, mais concretamente, a questão do reordenamento da rede escolar. Lembra que na sessão anterior foram já levantadas algumas questões sobre este tema, cujas respostas não foram devidamente esclarecedoras. Fez uma abordagem ao que está previsto para o concelho de Fafe, elencando algumas questões que gostaria de ver esclarecidas. Quis saber quais os critérios utilizados para o encerramento das escolas no concelho de Fafe, lembrando os dois critérios utilizados pelo Ministério da Educação. Coloca uma questão concreta no que se refere ao transporte das crianças, questionando se as Juntas de Freguesia estão inteiramente conscientes do papel relevante que terão em todo este processo e, como tal, preparadas para efectuar o transporte das crianças. Faz referência a uma notícia que dava conta que duas crianças em Moreira de Rei que ficaram privadas do transporte porque a família não podia pagar quarenta e cinco euros, por cada criança, referindo que são questões como esta que deixam a CDU apreensiva. Seguiu-se a intervenção do Deputado Albino Costa referindo que está a ser ultimada a carta educativa local, onde estão consubstanciadas uma série de preocupações materializadas no requerimento, agora em debate. Acrescenta ainda que o Conselho Municipal de Educação tem emitido pareceres todos eles favoráveis à forma como se tem estruturado a carta educativa. Por fim acrescenta que sendo este debate importante, considera-o no entanto extemporâneo dado que na próxima sessão terão possivelmente que se

pronunciarem sobre a carta educativa e, como tal, repetir este debate. Interveio de seguida o Deputado Jorge Pimentel começando por fazer uma reflexão sobre algumas questões levantadas pela Deputada da CDU. Precisou ainda que este modelo tem a sua fonte no modelo espanhol implementado já há alguns anos em Espanha e que está a ser agora repensado dados os efeitos devastadores que teve ao nível da integração social. Questionou a Câmara para saber, em relação ao concelho de Fafe, qual o número de escolas que iram fechar já no próximo ano lectivo e quais os critérios adoptados. Terminou fazendo uma referência às obras na Escola de Silvares S. Martinho e ao transtorno que causa ao bom funcionamento da Escola e ainda ao investimento que a Câmara terá que efectuar com as novas tecnologias. De seguida interveio a Deputada Olinda Teixeira Alves começando por fazer referência a um relatório da OCDE cujos resultados apontam para a necessidade dos países da União Europeia procederem a autênticas revoluções nos seus sistemas educativos. Referiu ainda que hoje ninguém tem dúvidas que é na educação que se joga a competitividade da União Europeia. Acrescenta ainda que o relatório da OCDE, no que respeita à educação em Portugal, diz que as razões que ajudam a explicar os maus desempenhos tais como: o abandono escolar, o insucesso escolar ou mesmo a falta de qualificação profissional estão bem definidos e que essas razões não se prendem com a falta de investimento em educação mas sim com a má alocação desses gastos. Salaria que, de facto, os enormes investimentos em educação ao longo de décadas faz de Portugal um dos países do mundo que mais gasta nesta área em percentagem do PIB e com os piores resultados. Em relação ao concelho de Fafe fez uma pequena análise ao encerramento das escolas que se prende efectivamente com a falta de alunos, principalmente nas freguesias a norte do concelho, dando como exemplo a freguesia de Felgueiras. Terminou a sua intervenção lembrando que a Câmara Municipal de Fafe tem vindo a encerrar escolas do 1º ciclo desde o ano lectivo 2000/2001, ajustando o parque escolar às reais necessidades das populações e do momento. Pediu a palavra o Senhor Presidente da Junta da Freguesia de Moreira de Rei para prestar alguns esclarecimentos sobre a notícia, referente às duas crianças em Moreira de Rei que ficaram privadas do transporte, referida na intervenção da Deputada Leonor Castro precisando que a família não paga porque não quer e não

porque não pode. Pediu novamente a palavra a Deputada Leonor Castro para precisar que com este requerimento apresentado, a CDU não está contra ou favor do encerramento das escolas, está apenas interessada em que se assegurem as condições de direito e igualdade para todos à educação. Considera que nesta matéria os Municípios têm um papel preponderante sobre a política em educação, concluiu reiterando todas as questões colocadas na sua intervenção anterior. Seguiu-se a intervenção da Presidente da Junta de Freguesia de Estorãos referindo que partilha algumas preocupações já manifestadas em intervenções anteriores e precisou algumas questões levantadas pela Deputada Leonor Castro sobre as escolas de Estorãos, nomeadamente, quanto ao número de alunos. De seguida usou da palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Aboim para mostrar também a sua preocupação relativa ao encerramento das escolas na sua freguesia. Por anuência do Senhor Presidente da Assembleia a Deputada Leonor Castro usou uma vez mais da palavra precisando que os números a que se referiu na sua intervenção anterior, reportavam-se aos anos 2004 e 2005 constantes do projecto da carta educativa que lhe foi facultada. Usou da palavra o Senhor Presidente referindo que a carta educativa irá ser apreciada na próxima sessão da Assembleia Municipal e que na discussão pública da mesma ninguém se pronunciou. Referiu ainda que já há alguns anos a educação tem sido uma prioridade do Município. Relativamente ao encerramento das escolas era já previsível que tal acontecesse considerando a Lei de Bases da educação. Esclareceu ainda algumas questões relativas aos centros educativos, nomeadamente, o de Revelhe e o de Silves S. Martinho. Concluiu referindo que o processo agora em curso é o adequado pois é um processo dialogado com os interessados e que se centra nas necessidades dos alunos. Terminada a ordem de trabalhos foi perguntado pelo Senhor Presidente da Mesa ao público se queria intervir. Pediu a palavra o Senhor Américo Castro fazendo referência à divulgação da discussão pública da carta educativa, ao que o Senhor Presidente da Câmara esclareceu que foi divulgada na comunicação social e no site da Câmara. E nos termos legais e regimentais se lavrou a presente acta que, após aprovação, nos termos do artigo noventa e dois da Lei número cento e sessenta e nove de dezoito de Setembro, na redacção que lhe

foi dada pela Lei número cinco barra A dois mil e dois de onze de Janeiro, será assinada pelos Membros da Mesa.